

Sobre o último presidente do Conselho da Constituição portuguesa de 1933

ADRIANO MOREIRA
Universidade Técnica de Lisboa

About the Last Prime Minister of the 1933 Constitution of the Portuguese Republic

RESUMEN

Marcelo Caetano fue desde joven considerado el sucesor de Oliveira Salazar. Durante décadas desempeñó los mas altos cargos, ejerció influencia política, ganó prestigio académico y se retiró como reserva del régimen. Cuando llegó al poder, por la enfermedad de Salazar, el mundo era muy diferente del aquel en que había desarrollado su acción doctrinal durante su juventud de conservador católico, nacionalista y entregado a los valores de la historia portuguesa, incluyendo el Imperio. Asumió un discurso reformista, que incluía la autodeterminación progresiva de las colonias, pero se sometió a la exigencia del Presidente de la República y de las Fuerzas Armadas de continuar la política colonial y anticomunista de Salazar. El drama de este hombre íntegro consistió en que si su inteligencia le aconsejaba la necesidad de reformas profundas para dar respuesta a las exigencias de la coyuntura histórica, sus principios éticos y los compromisos con el pasado del régimen le conducían a la práctica de una gobernación sinuosa, vacilante, convirtiéndole en una figura dramática, viéndose abandonado por los jóvenes liberales que le habían seguido al principio

ABSTRACT

Marcelo Caetano was always regarded as the natural successor of Oliveira Salazar. For decades he occupied the highest positions, influenced policies, gained scientific prestige, and withdrew into a position of last resource to the regime. When he ascended to power, after Salazar was forced to step out for reasons of health, the world had changed since his early years as a Catholic, nationalist conservative, devoted to the values of Portuguese history, including the Imperial ones. He took on a reformist tone that included progressive self determination of the colonies: however, he submitted to the demand, made by the President of the Republic and Armed Forces command, to proceed with Salazar's colonial, anticommunist policies. The drama of this upright man was that his intelligence showed him the need for deep reform essential to respond to the demands that the situation placed. Nevertheless, his ethical principles and his commitment to the past of the regime led him to a winding, uncertain course of government that placed him in difficult circumstances, and entailed the abandonment by the young liberals that had accompanied him and finally by the Armed Forces that had

y, finalmente, por las Fuerzas Armadas que habían sido el apoyo fundamental de régimen. La caída de su gobierno como consecuencia de la Revolución de 1974, condujo a una retirada catastrófica de las colonias y a la desesperación de los últimos años de vida de este hombre digno.

PALABRAS CLAVE:
Marcelo Caetano. Estado Novo. Reformismo marcelista. Fracaso del marcelismo

been the essential pillar of the Government. The fall of his government, with the 1974 Revolution, led to a catastrophic retreat from the colonies and the despair of the last years in the life of a worthy man.

KEYWORDS:
Marcelo Caetano. Estado Novo. Unsuccessful Caetano's reformism

Tenho compromissos emocionais que inevitavelmente se devem reflectir num texto que é mais depoimento do que investigação, e que sobretudo se apoia na memória, sempre selectiva, de acontecimentos ou apenas observados, ou também eventualmente participados.

Recordarei, como ponto de referência inicial, que ao entrar na Faculdade de Direito de Lisboa como estudante, com dezasseis anos de idade, em 1938, para um curso que coincidiu com a guerra mundial de 1939-1945, logo todos fomos informados, pela voz corrente da escola, de que o jovem Prof. Marcello Caetano seria o sucessor do Prof. Oliveira Salazar na chefia do governo. As dezenas de anos que correram, com incidentes e acidentes vários na ordem política interna e internacional, nunca puseram em causa essa expectativa, quer ele se mantivesse ausente das responsabilidades políticas, quer participasse activamente no governo ou nos aparelhos políticos de sustentação do poder.

Num tempo em que a distância entre professores e alunos era institucional, e o estatuto social do professorado lhe conferia um lugar destacado na hierarquia, Marcello Caetano era um dos pilares da Faculdade ao lado de Paulo Cunha, assumindo um padrão científico que mantivera a tradição secular para ali transferida por mestres vindos de Coimbra e ainda activos como Rocha Saraiva, José Gabriel Pinto Coelho, Manuel Rodrigues, Caeiro da Mata, Rui Ulrich, Pedro Martins, Jaime de Gouveia.

A espécie chamada *assistentes* não existia nem dela havia notícia, pelo que também as chamadas *aulas práticas* eram dadas pelos professores, o que tinha reflexo na avaliação feita pelos discípulos, sempre atentos a não infringir as regras implantadas da reverência e acatamento.

Todos os professores, com flexibilidade ocasional e rara de mestre como Rocha Saraiva, eram rígidos na preservação dos usos e costumes.

Todavia, Marcello Caetano tinha uma prática específica que era de seleccionar, a seu critério, os alunos que lhe mereciam especial atenção, tendo alargado o método à selecção de estudantes de outras Faculdades quando a função pública, so-

bretudo como Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, lhe alargou os horizontes. Numa sala do velho edifício do Campo de Santana, com uma vasta mesa em forma de ferradura, organizava reuniões para discutir temas que escolhia, e nessas reuniões se revelaram e cimentaram admirações e fidelidades que o acompanharam até ao fim do seu percurso político, e que também marcaram alguns dos desgostos cuja manifestação não pôde reprimir no exílio final.

A intervenção académica do Prof. Marcello Caetano deixou uma memória e presença que teve expressão rara no facto de a Faculdade ter manifestado o desejo do seu regresso à cátedra logo a seguir à Revolução de 1974, e de a sua obra continuar referenciada nos trabalhos e ensino da geração que actualmente constitui o corpo docente, embora com uma problemática renovadíssima, e crescentemente sem ter conhecido o velho professor que, no meu tempo, regeu, salvo omissão, as seguintes disciplinas: *História do Direito Português, Direito Colonial, Direito Corporativo, Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Penal*. Um professor com tão larga intervenção ao longo dos cinco anos que retinham os alunos na Faculdade, não podia deixar de imprimir uma marca significativa nos discípulos, no património da Escola, e também nas várias hierarquias do Estado e da sociedade civil, em que os diplomados em Direito tinham, pela cultura social dominante, uma presença relevante e directiva.

Não é rigoroso concluir que o ensino tinha uma condicionante ideológica dominante, mas havia uma condicionante, não escrita, excluyente das correntes marxistas ou aparentadas, tratadas com breve exposição e definitiva crítica, assim como os modelos democráticos, que foram demoradamente ganhando presença na medida em que o ensino do Direito Constitucional foi anexando parcelas da Ciência Política. As doutrinas políticas eram mais objecto de uma dogmática ilustrada pela referência pontual aos autores mais clássicos, mas sem qualquer disciplina de Filosofia ou de História dos Factos Sociais e Políticos.

Este condicionamento traduziu-se na preponderância das perspectivas acolhidas nos textos normativos, a começar pela Constituição, com o amparo do cuidado com que os serviços da Biblioteca não davam acesso fácil a literatura considerada não fiável. Uma livraria do Chiado fazia ocasionalmente correr a notícia de que dispunha da edição de alguns desses livros, que os estudantes mais curiosos rapidamente esgotavam, animados pelo que lhes parecia uma excitante clandestinidade.

O regime, e a sua sociedade da informação e do saber, tiveram de responder, no seu meio século de vigência, à variação de algumas condicionantes fundamentais: a *evolução do paradigma democrático europeu, com reflexos específicos em Portugal, entre as duas guerras mundiais*; a *instabilidade peninsular*, com manifestação cimeira na guerra civil de Espanha; a segunda guerra mundial e os ventos da história; a agonia do regime.

O aparecimento do Estado Novo, com a liderança do Prof. Oliveira Salazar, verifica-se quando a crise da economia mundial dos anos 30 desvaneceu as espe-

ranças da década anterior, transformando a crise bolsista de Wall Street de 1929 no símbolo do desastre, sem esconder as debilidades europeias que incluíram o passivo da guerra de 1914-1918. Sem aprofundar as causas, é certo que se verificou uma debilidade das democracias para enfrentar a crise, vendo crescer a força do nazismo desde a criação do WSDAP (Partido Nacional-Socialista) em 1920, a ameaça do soviétismo a fortalecer-se desde 1917, a intervenção do fascismo italiano chamado ao governo em 1922, e por isso multiplicando-se as respostas autoritárias como aconteceu na Hungria com o Almirante Horthy (1920), na Áustria com Mrg. Speidel (1922), com Primo da Rivera em Espanha e Mustafa Kemal na Turquia (1923), com o Marechal Pilsudski na Polónia (1926), e Salazar em 1928.

Nestres quadro, as referências doutrinárias que julgo dominantes foram a Doutrina Social da Igreja (Catolicismo Social) como imperativo, e a referência à *moral tradicional do país* como limite ao exercício do poder, tudo explicitado por Teotónio Pereira em *A batalha do Futuro*; o *institucionalismo integral*, na versão transporta para o ensino da Faculdade pelo Prof. Fezas Vital; o Integralismo Lusitano, com raiz em Gama e Castro (*O Novo Príncipe*) e cujo Programa constou do Memorial de 15 de Março de 1920; a veneração da história firmada na leitura heróica da Dinastia de Avis e das campanhas de África do século XIX, e alicerçada nas visões de Herculano sobre as raízes recuperáveis das virtudes medievais.

O jovem Marcello Caetano, profundamente católico, foi activo no Integralismo Lusitano, e redactor, com Teotónio Pereira, da efémera *Revista Ordem Nova*, que se declarou antidemocrática, antiparlamentar, antisocialista, católica, apostólica, romana, reaccionária e intransigente, se recordo bem toda a adjectivação.

A idade e a experiência das responsabilidades governativas moderaram este radicalismo a favor de um humanismo cristão demonstrado como chefe de família devotado, como íntegro servidor do Estado, como praticante daquela *pietas* de que falou Cícero, mas julgo que nunca abandonando o modelo que me tem parecido ser o do fundador do Estado Novo em relação ao exercício do poder.

Este modelo, com raízes na monarquia medieval, tinha nesse tempo as referências no Código do Direito Canónico, quando definia o *Ordinário* do lugar (Bispo): *o governante é um homem responsável, mas aconselhado*, sendo o *conselho* o método destinado a evitar a *solidão do topo da hierarquia* que Schwartz-zenberg teorizou.

As alterações que Marcello Caetano ensaiou como Chefe do Governo sofreram, como diremos, de um evidente semantismo imposto pela adesão essencial àquele princípio de responsabilidade pessoal.

Tendo iniciado a sua carreira política, dentro do regime, no ano de 1940, que foi a data das comemorações do Duplo Centenário, o da Independência (1140) e o da Restauração (1640), a sua visão de Portugal imperial teve na liturgia daquela data uma premissa visível ao longo dos anos: o culto dos valores históricos, a devoção pelos portugueses carismáticos, a doutrinação sobre o espírito de lide-

rança, a mística da evangelização, e sempre a referência aos valores cristãos, fizeram do jovem dirigente um crítico persistente dos desvios da razão e da autenticidade, um advogado da distância em relação às derivas totalitárias, mas sempre mantendo os princípios constitucionais como premissa.

A sua crescente autoridade e referência de futuro parecem resultar deste apego claro aos princípios que serviam a pirâmide de apoio ao poder instituído, o que fortalecia a sua credibilidade, a par da independência crítica sempre a favor da autenticidade apoiada na sua maior lucidez da leitura das mudanças das conjunturas e da oportunidade de aperfeiçoar as intervenções políticas de resposta: na intervenção mais crítica no futuro que o esperava, enunciaria a regra do seu comportamento falando da *mudança na continuidade*.

No que toca a esse destino não previsto, é a passagem pelo Ministério das Colónias em 1944 que anuncia o estilo do governante. Os visíveis sinais da vitória que seria partilhada pelos ocidentais e pela URSS não parece terem alertado para a feição que teriam os ventos da história, os quais seriam demolidores do Império Euromundista em que Portugal tinha parte e responsabilidade. A percepção dominante foi a do regresso à vida habitual da comunidade internacional, eventualmente com as tradicionais partilhas de territórios, de recursos, de hegemonias, mas sem alteração do modelo observante.

O Memorandum que apareceu em 1946, relatando a posição do Ministro no que respeitava às *Relações das Colónias de Angola e Moçambique com os territórios estrangeiros vizinhos*, documento da sua viagem de Estado de 1945, é do confronto de interesses com as soberanias ocidentais, ou de raiz ocidental, que se ocupa profunda e cuidadosamente, sem perspectivar outro quadro de referência. Apenas na década de sessenta, afastado das responsabilidades governativas, quando já se multiplicavam os estudos sobre o processo descolonizador, é que se junta à análise com o seu trabalho sobre *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos* (última edição em 1971). É talvez o trabalho mais significativo no sentido da percepção da mudança de paradigma da ordem internacional e do seu inevitável reflexo na estrutura do país exógeno que Portugal foi sempre. Uma percepção que também finalmente, na mesma altura, o leva a alterar o programa de ensino do direito constitucional, para adoptar o conceito operacional de *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, muito próximo das propostas de Georges Burdeau, cuja primeira edição do *Traité de Science Politique* era de 1949.

Todavia, embora já estivessemos em 1954, ao publicar *Os nativos na Economia Africana*, súmula da regência da cátedra de *Economia Africana* criada pelo *Centro de Estudos Económicos da Associação Comercial do Porto*, a sua premissa era que «os pretos de África têm de ser dirigidos e enquadrados por europeus mas são indispensáveis como auxiliares destes», e tinha como finais estas linhas: «o indígena tem de ser defendido contra a ganância alheia mas, sobretudo e por ora, contra si próprio». Nesse ano deu-se o desastre francês de Dien-Bien-Phu,

os Mau-Mau espalharam o terror no Kénia, Nasser humilhou os ocidentais, a resistência na Argélia escrevia as primeiras mensagens.

O afastamento do cargo de Ministro da Presidência, que ocupava desde 1955, causada pela luta antiga com o Ministro da Defesa Santos Costa, foi uma desconsideração que não esqueceu. Ouvi ao Dr. Supico Pinto que, na reunião do Conselho informal que Salazar usava para efectuar remodelações governamentais, a opinião geral apoiou a saída de Santos Costa do governo. Finalmente o Presidente disse: como todos apoiam a substituição de Santos Costa no Ministério da Defesa, para o Ministério da Presidência nomeio o Dr. Teotónio Pereira. E não fez sequer referência ao substituído.

O seu afastamento da vida política foi completo. Quando, por convocação minha, na qualidade de Ministro do Ultramar e Presidente do Conselho Ultramarino, se realizou em 1962 o último histórico Plenário deste secular órgão da administração do Império, para discutir qual a política a seguir em vista do desafio global, foram convidados a participar todos os antigos ministros e governadores vivos, mas o único que escreveu, recusando o convite, foi Marcello Caetano, alegando o desgostoso corte com a governação.

De facto, durante todo o grave período que se inicia com a entrada de Portugal na ONU (1956), que tem o início do conflito militar em 1961, que inclui a minha pessoal responsabilidade, não se verificam intervenções públicas de Marcello Caetano, nem sequer quando líderes históricos da oposição ao regime alinharam publicamente no apoio à necessidade de eliminar o recurso ao terrorismo que explodiu em Angola, exigindo tempo para encontrar e aplicar soluções políticas.

Todavia é certo que, mesmo nas aulas, criticou com energia, e por vezes com espírito, todas as reformas da minha gestão, incluindo a Revogação do Regime do Indigenato, que definiu a cidadania igual sem excepção para todos os territórios, o Código do Trabalho Rural que punha fim ao trabalho compelido, a extinção das culturas obrigatórias como a do algodão, o novo Regime das Terras, e até a instituição do ensino universitário, com o nome medieval de *Estudos Gerais Universitários*, designadamente porque a lei os considerava *elementos da Universidade Portuguesa*, e ele repudiava qualquer conceito unificador. O ponto mais crítico do seu incómodo foi transformar a *Escola Superior Colonial*, que ele reformara como *escola de quadros*, no actual Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas: tudo factos que violavam a sua percepção do Império, a sua percepção da condição dos indígenas, a sua percepção do mundo habitual.

Tenho por certo que a já referida convocação do Plenário do Conselho Ultramarino foi o facto que acidentalmente revelou, pela primeira vez, que entretanto a sua percepção do mundo em mudança sofrera uma evolução. De facto, embora tendo recusado participar, e estando adiantados os trabalhos, apareceu ali um documento, dactilografado em papel timbrado seu, não assinado, entregue pelo seu amigo íntimo Dr. Almeida Cotta, Secretário-Geral do Ministério, no qual desenvol-

via o tosco de um modelo federal. Este papel não circulou, mas teve um equívoco destino.

Talvez porque Raúl Rêgo, na sua *História da República*, o transcreveu e lhe chamou Parecer solicitado pelo governo, esta versão foi repetida como sinal da liberal posição de Marcello Caetano em relação ao futuro do Império, sendo todavia notório que outros membros do Conselho havia muito que enunciavam essa tendência.

O facto é que ninguém lhe pediu qualquer Parecer, todos os outros ministros, como disse, tinham sido convidados para o Plenário, e mais de um dos conselheiros referiu passadas lembranças e visões futuras de soluções federais. Todavia, quando Salgado Zenha, nas eleições para a Assembleia Nacional (1969), afirmou que conhecia o texto e desafiou o governo de Marcello a desmenti-lo, não teve resposta excepto a da controvérsia verbal dos apoiantes que afirmavam tratar-se de uma difamação. Mais tarde, quando da proposta de revisão constitucional marcelista, Antunes Varela, na Câmara Corporativa, decidiu atacar firmemente o projecto por, afirmou, ser um regresso ao oculto pensamento federalista do Presidente do Conselho, citando o chamado *Parecer*, palavra usada antes da sua consagração por Raúl Rêgo. Ao Relator Afonso Queiró, inquieto com o efeito da intervenção na divisão de votos, ocorreu-lhe que se trataria de uma carta privada, que me teria sido enviada no tempo do Plenário, e mandou-me pedir que evitasse a divulgação. O celebrado papel ora não existia, ora era parecer, ora carta privada, mas de facto era apenas um papel não assinado e em todo o caso capaz de abalar a credibilidade do governo.

Tudo porque o principal traço da governança, a que Marcello Caetano foi chamado, foi o da ambiguidade, e disso é que é inevitável falar.

Aquilo que pareceu o distanciamento das percepções consolidadas de Marcello Caetano em relação à mudança do paradigma internacional e aos seus efeitos no modelo português, correspondia ao seu discurso histórico, aos seus compromissos de vida, às perspectivas dos apoiantes que ocupavam posições nas hierarquias do Estado e da sociedade civil. Foi desta premissa que derivou a crítica a todo o reformismo da década de 60, que lhe parecia abalar a estrutura, é tal premissa que torna coerente a aceitação dos compromissos que o Presidente Thomaz, apoiado no parecer do topo da hierarquia militar, lhe exigiu no sentido de ser fiel à linha anticomunista e à linha colonial sustentada no final do governo anterior.

A esta primeira versão habitual do discurso político, seguiu-se a verificação também costumeira de que há mais estrelas no céu e na terra do que cabem nas certezas dos políticos, e a necessidade de um discurso revisto.

É da natureza das coisas que apareça uma terceira vertente do discurso, que é a da *justificação do exercício* no fim dos mandatos, mas neste caso a Revolução de 74 remeteu tal discurso para as angustiadas correspondências e desabaços que, vindos do exílio no Brasil, seriam circulados.

A necessidade de obedecer à exigência habitual do segundo discurso, o da rectificação, foi hesitantemente assumida, talvez por embaraço académico, mas mais plausivelmente porque os valores e compromissos do passado lhe dramatizavam o corte que a razão lhe ditava.

Esta ambiguidade teve expressão em várias *reformas semânticas* do aparelho do Estado, que lidavam com a *imagem*, mas não tocavam na política.

Para esta circunstância foi frequentemente invocada a explicação da resistência de um *grupo reaccionário*, que rodeava o Presidente da República. Sempre me pareceu que essa resistência tinha adeptos frágeis, e que as principais razões foram pessoais: o sentimento de lealdade ao Presidente que o nomeara, os compromissos de vida passada, a partilha afectiva dos valores históricos, o compromisso assumido ao aceitar a nomeação, a visão do desastre em relação aos valores europeus. E também a confiança no modelo do Código de Direito Canónico, que o levava a querer basear no *carisma*, e na gratidão dos colaboradores, a intervenção obedecida, e por isso a rejeitar a chamada Ala Liberal logo que esta pretendeu distanciar-se.

Por um lado, disse que estivera a pensar nas alternativas possíveis e se convencera de que não havia outra viável para a política que herdara. Lembrou a necessidade de não abandonar os colonos. Falou nas dificuldades que a metrópole teria em recolher esses colonos se uma viragem política os obrigasse a abandonar os territórios. E assim por diante, na mesma linha. Alguns jornais estrangeiros falavam porém nos pontos progressistas que iria marcando contra o que chamavam a linha dura, mas a ambiguidade foi de facto a tónica dominante, porque as circunstâncias reais não correspondiam às do projecto pelo qual, durante dezenas de anos, tinha orientado a marcha para o poder, e a conversão aos factos exigia criatividade, flexibilidade, e resistência moral para suportar as cedências dos princípios anteriores.

Durante esses longos e passados anos de vida habitual, não foi desafiado pelo que agora urgia ser combatido, incluindo os interesses privados que tinham sentido as reformas de 61 como uma ameaça. Foi por aquele tempo que, sem motivo conhecido, escreveu que deixara de conhecer o Ministro do Ultramar, indicação suficiente para a imaginação dos seus futuros acompanhantes no Governo.

Sempre me pareceu que o Doutor Marcello Caetano sofreu íntima e profundamente o drama do conflito entre os princípios e modelos que defendeu ao longo de uma vida dedicada ao bem comum, e que ensinara, e o que a sua lucidez lhe mostrava que eram exigências inadiáveis da evolução, o drama em relação ao qual nem a chamada Ala Liberal julgou ter tempo para condescendências.

A reprovação generalizada em cada caso desviado das promessas, levou os amigos do Presidente a por vezes fazerem uma campanha no activado *Parlamento dos Murmúrios*, no sentido de afirmar que ele próprio tinha sido surpreendido pela acção dos seus ministros e não sabia nada a tal respeito, um método que não era um apoio à credibilidade.

A TV fazia os primeiros ensaios de tornar-se insuportável. As posições nos jornais começaram a ser adquiridas pelo Governo ou entidades dele dependentes. E a colaborar na construção da imagem. No ultramar, parece que apenas o *Notícias da Beira*, o *Diário de Moçambique* e o *Comércio de Luanda*, escaparam ao domínio governamental. Pelo menos dos jornais de maior circulação.

Passados dois anos da posse, os jornais de facto escreveram com mais liberdade, mas foi escassa a autorização para publicar uma linha de crítica ao Presidente do Conselho, com o chamado exame prévio a substituir a censura. Em contrapartida, puderam criticar à vontade a herança pesadíssima que se dizia ter recebido, uma tradição da governança portuguesa.

Puderam circular revistas, puderam exhibir-se filmes, puderam representar-se peças, antes não admitidas por motivos de pudor público, certamente entendido de maneira ultrapassada. Mas ninguém foi ousado de fundar um diário de doutrina independente, ou de simples informação, nem a imprensa de pensamento, nacional ou estrangeira, viu facilitada a sua divulgação, sendo *O Tempo e o Modo*, uma herança do passado, e ali uma brilhante excepção, e o *Expresso* ousado violador da circunstância nova, mas apoiado pela Ala Liberal.

O Governo, no qual se festejou a entrada de muitos jovens, não passou de um grupo de trabalho. Raros dos seus membros ganharam personalidade própria no conceito público. Todas as luzes viradas para o Presidente do Conselho. Por outro lado, as primeiras medidas legislativas foram todas no sentido de concentrar os poderes nas suas mãos. Apenas a *Seara Nova*, em pequena nota, sublinhou esse facto. Mas julgo que nunca mais voltou ao assunto, nem outra publicação que recorde o comentou.

Decidiu-se que os decretos-lei fossem aprovados em Conselho de Ministros e referendados apenas pelo Chefe do Governo e pelo Ministro ou Ministros interessados. Passou isto a ser a lei do país, e depois as notas informativas das reuniões do Conselho de Ministros informavam da aprovação de variados diplomas sem discordâncias.

Decretou-se ainda que sempre que as leis gerais atribuem competência ao Conselho de Ministros, deve entender-se que se referem ao Presidente do Conselho de Ministros. Deste modo, entre outras coisas, concentravam-se nele as nomeações dos delegados do governo e dos administradores por parte do Estado nas sociedades.

Foi na mesma linha que se criou a chamada Sociedade Financeira, a que presidiu o inteligente e sabedor Prof. Teixeira Pinto. Muita gente estranhou que o Estado fundasse uma instituição cujas atribuições já eram todas servidas por instituições velhas e muitas delas prestigiadas. Era o caso da Caixa Geral de Depósitos, do Banco de Fomento, do Crédito Predial. Os interessados só começaram a ficar alertados quando a Sociedade Financeira apareceu a adquirir títulos no mercado e participações em vários empreendimentos. Os simples eram le-

vados a crer numa versão intervencionista, porventura de inspiração cristã. De facto parecia apenas um estatismo sem doutrina, destinado a reforçar o poder.

Outras das medidas imediatamente tomadas foi a de transferir para o Conselho Superior de Defesa Nacional a promoção dos oficiais-generais, até então da competência do Conselho de Ministros. A medida foi tomada e divulgada como destinada a retirar todo o carácter político à escolha dos oficiais-generais. E muitos dos que sempre desejaram que isso acontecesse, em tal sentido se regozijaram com a medida. Só não repararam em que no falado Conselho a presidência pertencia ao Chefe do Governo, e que nada poderia ser votado que ele não quisesse, tendo na sua frente apenas subordinados e não pessoal político.

À concentração pessoal de poderes acrescentou-se o decreto segundo o qual todos os funcionários de categoria igual ou superior à letra B passaram a ser nomeados por despacho conjunto do Ministro da pasta e do Primeiro-Ministro. Posta a mão no aparelho militar, faltava esta mão no aparelho civil. Desde os directores-generais aos professores catedráticos, tudo passou a depender agora da aprovação pessoal.

Todavia, em relação ao destino do Império, fazia parte da doutrina tradicional, ensinada nos cursos de administração colonial, o conceito de que as colónias, como os filhos em relação aos pais, um dia se independentizam. Esta convicção parece ter acompanhado sempre Marcello Caetano, mas tendo sempre em vista o exemplo da independência do Brasil.

Esta independência, como foi regra no continente americano, resultou todavia de uma decisão de europeus transplantados, não foi uma decisão indianista nem do povo afro-americano. Deixou comentários suficientes sobre a sua dificuldade de alargar o conceito à nova circunstância mundial da descolonização, e os factos posteriores confirmaram os seus piores vaticínios.

A importância que Marcello Caetano dispensou às relações luso-brasileiras, que cultivava de longe, o facto de o Tratado da Igualdade de Direitos (1971) ter sido um dos actos mais significativos do seu governo, as convicções em que baseou a sua doutrina do indigenato, indiciam que este era o teor do seu liberalismo colonial, o qual terá talvez reflexo nas sugestões da investigação em curso de que o seu último governador de Angola recebera o mandato secreto de proclamar a independência da colónia, ao mesmo tempo que os equívocos que vão sendo detectados na relação com o Governador e Comandante-Chefe da Guiné General Spínola, apontam para a africanização do diálogo, na colónia que não tinha povoamento europeu.

O facto foi que a cadeia do comando militar se dissolveu sem que aparentemente se apercebesse da inutilidade do apoio dos generais - *Brigada do Reumático*; que o *carisma* não foi implantado em termos de que a firmeza da obediência e até da lealdade resistissem à ambiguidade; que parte importante da pirâmide económica e financeira de apoio se apercebeu de que lhes era tempo de mudar de ramo; que as forças armadas foram afectadas pela inquietação corporativa; que a

juventude estava exausta pelo esforço militar de treze anos; que o povo deixara de ver, ao fundo do túnel, a luz anunciada; que a comunidade internacional em mudança deixara definitivamente de corresponder às convicções de quarenta anos de espera para assumir o poder.

O desastre em que se traduziu a descolonização, porque o acto militar foi movido pelo objectivo de terminar a guerra, mas sem qualquer plano de descolonização que só depois seria ensaiado acompanhando a vertigem dos acontecimentos, foi um severo golpe a atingir aquele homem íntegro, cristão, patriota servidor dos interesses públicos ao longo de uma vida dedicada à investigação, ao magistério, e ao governo.

A sua vida íntima, hoje mais conhecida pelos depoimentos familiares, é exemplar de dedicação à excepcional mulher que foi Teresa Queirós de Barros, inesquecível por todos os que, de nós que ainda estamos vivos, lhe ficaram a dever carinho, devoção e conselho, antes que a doença a atingisse severamente; o sólido afecto paternal sem quebra e tolerante para as livres decisões dos filhos, como recorda sempre a notável filha Ana Maria que, à medida que os dias foram passando, também ela foi crescendo em lucidez, dedicação, liberdade de espírito, e tolerância: tudo explica a adesão crescente que recebeu durante os longos anos de espera. Ter-lhe acontecido que o mundo em que sempre procurou intervir, guiado por uma sólida ética, já lá não estava quando assumiu o poder, cabendo-lhe escrever o derradeiro parágrafo de uma história escrita até ao fim com «lágrimas de Portugal», julgo que apenas lhe deixou aberto o diálogo com a transcendência. Talvez procurando continuar de bem com Deus, sem conseguir reconciliar-se com os homens.

Digo isto tendo presente que, agastado por algumas impaciências de Marcello Caetano, todas causadas pelas minhas reformas que tocavam no seu legado ministerial, que fora estrutural para um mundo diferente, recusei um dia retribuir o cumprimento que em público ensaiou, porque subitamente me tomou uma cólera acumulada pelo que considerei repetidas e injustas desconsiderações. A grave perturbação que mostrou, logo me fez sentir culpado do esquecimento momentâneo do que lhe devia como mestre, como amigo, como apoio firme em momentos que foram duros. Foi para mim claro que um cristão não devia reagir assim.

No dia seguinte, o Doutor Oliveira Salazar, do qual não tinha notícias havia longo tempo, mandou-me pedir que o visitasse. O encontro era para me perguntar o que na véspera se passara com o Doutor Marcello Caetano. Não omiti nenhum detalhe, mas terminei dizendo-lhe que não me sentia feliz por não ter resistido ao sentimento de queixa, talvez excessivo, que me levava a uma reacção não permitida a um cristão.

Salazar fez um simples comentário: a angústia que ao Doutor Marcello Caetano causa o sofrimento da D. Teresa exige de todos a maior compreensão. Continuo inquieto por ter reagido daquele modo. Sei que não devia ter feito aquilo. Não sei se faço bem em escrever isto.